

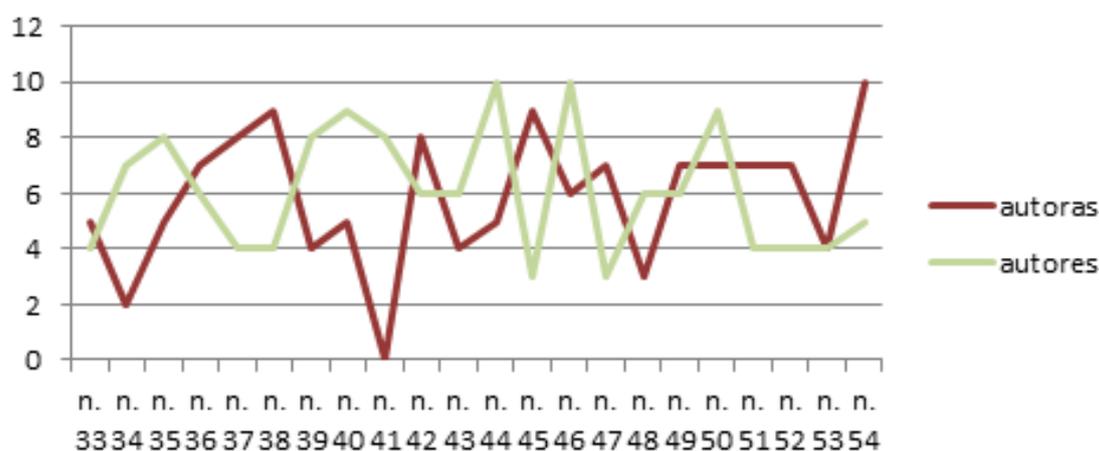
Apresentação: Publicação de artigos escritos por mulheres, na revista *Tempo da Ciência*, nos últimos 10 anos

Vania Sandeleia Vaz da Silva¹

Antes de apresentar os artigos que foram reunidos para compor nosso Volume 27, Número 54, da revista *Tempo da Ciência*, referente ao segundo semestre de 2020, proponho uma breve reflexão a respeito das dificuldades enfrentadas por todas as pessoas, neste período de pandemia de COVID-19, que exige medidas de isolamento social e provoca mudanças significativas nas condições e modos de vida e trabalho de todas as pessoas no planeta. Sabemos que tais mudanças afetam de modo diferente quem já sofre com as assimetrias de poder, com as desigualdades sociais, com as dificuldades e conflitos em torno das opressões derivadas de formas equivocadas de lidar com as diversidades – de gênero, raça, etnia, religião, entre outras – e que isso impacta significativamente a produção acadêmica e intelectual, refletindo-se na significativa diminuição de “submissões” de artigos em geral e, especificamente, por parte de mulheres, por exemplo, considerando a sobrecarga de trabalho que têm sofrido neste período.

Para contribuir com esse debate, apresento, a seguir, algumas estatísticas a respeito dos últimos 10 anos de publicação da nossa revista, para que possamos estimular ainda mais as acadêmicas e professoras orientadoras a submeterem seus artigos, ensaios e resenhas, de modo a tornarem nossa publicação ainda mais inclusiva e igualitária. Foi interessante realizar esse levantamento porque mostrou que, efetivamente e sem que tenhamos agido deliberadamente com vistas a equilibrar as publicações entre artigos escritos por mulheres e por homens, existe uma proporção aceitável, que nos alegra:

Gráfico 1 - artigos submetidos por autores e autoras



Fonte: Pesquisa realizada no site da revista *Tempo da Ciência*.

¹ Graduada em Ciências Sociais (UFPR), Mestre e Doutora em Ciência Política (USP), professora no curso de Ciências Sociais na Unioeste, Campus de Toledo. E-mail: vaniasandeleiavazdasilva@yahoo.com

Tabela 1 - Autorias dos artigos publicados nos últimos 10 anos

ano	volume	número	autoras	autores	total	% autoras
2010	17	n. 33	5	4	9	56
		n. 34	2	7	9	22
2011	18	n. 35	5	8	13	38
		n. 36	7	6	13	54
2012	19	n. 37	8	4	12	67
		n. 38	9	4	13	69
2013	20	n. 39	4	8	12	33
		n. 40	5	9	14	36
2014	21	n. 41	0	8	8	0
		n. 42	8	6	14	57
2015	22	n. 43	4	6	10	40
		n. 44	5	10	15	33
2016	23	n. 45	9	3	12	75
		n. 46	6	10	16	38
2017	24	n. 47	7	3	10	70
		n. 48	3	6	9	33
2018	25	n. 49	7	6	13	54
		n. 50	7	9	16	44
2019	26	n. 51	7	4	11	64
		n. 52	7	4	11	64
2020	27	n. 53	4	4	8	50
		n. 54	10	5	15	67
10 anos, 20 número		total	129	134	263	49

Fonte: Pesquisa realizada no site da revista *Tempo da Ciência*.

O primeiro artigo que publicamos nesta edição – *Reestruturação do serviço público na era do trabalho flexível* – escrito pela Doutora em Sociologia, Lícia Helena de Oliveira Medeiros, e pelo Pós-Doutor em Sociologia, Paulo Gracino Junior, analisa os efeitos da privatização do sistema público de saúde no cotidiano do trabalho dos servidores públicos estaduais da saúde do Rio de Janeiro, suas implicações objetivas e subjetivas nas dimensões sociais, políticas e trabalhistas. Os autores enfatizam a compreensão da construção do indivíduo pela atividade que realiza, bem como a relação e a vivência com o “novo trabalho”, atentando para os sentidos e significados atribuídos pelos atores ao atual contexto de ser trabalhador da saúde pública, após serem “dispensados” das unidades de saúde e encaminhados para realizarem “serviços burocráticos” na Superintendência de Perícia Médica e Saúde Ocupacional do Rio de Janeiro, entre os anos de 2014 e 2017. Por meio de observação participante e entrevistas, exploram as diferentes retóricas, as relações sociais e a vivência da precarização das atividades profissionais, tratando de temas como satisfação pessoal, independência, autonomia, identidade, valor,

relacionamento e inserção e representação social. Suas análises mostram que as narrativas se entrelaçam e repetem as mesmas questões, expondo o mesmo conflito: sofrimento, incertezas, medo, vivência das atitudes hostis que a flexibilização das atividades profissionais gerou.

O segundo artigo – *A construção do conceito de caboclo como demarcador social de inferioridade, no Sul do Brasil* – escrito pela Mestra em Ciências Sociais, Taiza Gabriela Zanatta Crestani, em parceria com o Doutor em Sociologia, Silvio Antonio Colognese, e pelo Doutor em Ciências Sociais, Paulo Ricardo Bavaresco, analisa a relação entre os processos de erradicação do trabalho escravo e de promoção da imigração europeia para o Brasil e a “construção social” do conceito de “caboclo”. Mostra que tal nomenclatura foi criada com vistas a explicar as consequências da disseminação da “mistura de raças” e isso levou ao fortalecimento dos estereótipos sobre a população mestiça brasileira. Portanto, o artigo explora em que medida o termo “caboclo” surge com o objetivo de demarcação social, priorizando características físicas (mestiço de branco e índio, de pele acobreada e cabelo liso) e raciais (raça híbrida, inferior e degenerada). Explicita que foram as pesquisas empíricas desenvolvidas por antropólogos e sociólogos que permitiram “superar” a construção inicial, agregando fatores de classe, posição social, localização geográfica e fatores étnicos. Assim, afirmam que ficaram evidentes as variações de sentido do termo caboclo, que, antes de “denotar uma condição étnico-racial”, pode ser pensado como “uma formação discursiva elaborada para inferiorizar um grupo de indivíduos no processo relacional e contrastante da construção das identidades”, sobretudo na região Sul do Brasil, que foi fortemente influenciada pelos ideais “progressistas”, característicos da política de colonização.

O terceiro artigo – *Breve ensaio sobre linhas, conflitos e transversais* – escrito pelo Doutor em Antropologia Social, Douglas Ferreira Gadelha Campelo, aborda o tema do parentesco e também o conceito de sociedade, que são problematizados por meio do estudo dos povos Tikmuun/Maxakali, contextos nos quais há constantes irrupções de conflitos, que podem chegar até a diluições das relações e das aldeias. O autor parte do parentesco para discutir a articulação de duas perspectivas: uma vertical-diacrônica e outra horizontal-sincrônica. Mostra que se, de um lado, existem as genealogias de parentesco, que constituem fenômenos verticais e históricos, ligados à memória, de outro, existem os usos cotidianos do parentesco, que podem ser vistos como fenômenos eminentemente horizontais e mais ligados às implicações da proibição do incesto e relacionados com o uso da linguagem. Assim, observando a dialética da horizontalidade e da verticalidade no parentesco, o autor problematiza o lugar do conflito entre essas duas linhas e, seguindo a noção de “devir”, proposta por Giles Deleuze e Félix Guatari, o autor argumenta que o “conflito”, que possui caráter intempestivo e criador, parece estar ligado a diagonais que atravessam as linhas da verticalidade e da horizontalidade.

O quarto artigo – *Cantos que aprendemos nos sonhos: os grupos de canto/corais Ava-guarani e a transmissão de saberes através da experiência onírica na aldeia Ocoy/Paraná* – escrito pela Mestra em Antropologia Social e Doutoranda, Denize Refatti, tem como objetivo principal descrever quais seriam as relações existentes entre os sonhos e os Ava-guarani. A autora enfatiza a análise de como os sonhos estão presentes na transmissão de saberes dos grupos de canto da aldeia indígena Ocoy, em São Miguel do Iguacu, no Paraná. De acordo com sua análise, passa a considerar que os sonhos podem ser pensados como experiências “coletivas”, que envolvem um conjunto de atividades e que também possibilitam o acesso a um plano cosmológico, que orienta a vida cotidiana dos grupos estudados. Em seu artigo, a autora mostra que é possível apontar para os modos como os cantos dos corais se afinam com a experiência onírica do povo estudado, principalmente no que se refere aos conteúdos, às iniciações, à execução de instrumentos, entre outras dinâmicas que fazem parte das atividades dos grupos de canto.

O quinto artigo publicado – *John Rawls e Charles Taylor: liberalismo igualitário e comunitarismo/multiculturalismo. Um diálogo possível?* – escrito pela Mestre em Ciências Sociais e Doutoranda, Rosângela da Silva, em parceria com a Mestre em Ciências Sociais, Francioli Bagatin, aborda temas centrais da teoria política contemporânea. Explica que a teoria da justiça de Rawls foi elaborada sob a premissa de que as sociedades contemporâneas são complexas e plurais, compostas por indivíduos livres, iguais e racionais, de modo que as regras de associação deveriam ser pautadas por uma ideia de justiça como equidade. No conjunto de debates entre diferentes matrizes teóricas, destacam as contribuições de Charles Taylor, em uma vertente do comunitarismo, que pode ser chamada de multiculturalismo. Permitem realizar uma crítica à teoria normativa rawlsiana, acusada de não contemplar a diversidade das sociedades, presa ainda ao sujeito abstrato, construído pelo iluminismo. As autoras mostram que Taylor retoma o conceito de reconhecimento para se inserir no debate que está associado às discussões acerca da identidade de sujeitos e grupos sociais diversos, e da valorização de suas particularidades.

O sexto artigo – *As classes sociais no Brasil: uma proposta de leitura relacional* – escrito pelo Mestre em Ciências Sociais e Doutorando, Alexandre Aparecido dos Santos, apresenta uma leitura de alguns dos conceitos e das contribuições teóricas de Jessé Souza sobre os estudos das dinâmicas das classes sociais no país. O autor apresenta e discute a leitura do intelectual Jessé Souza a respeito da parte dos brasileiros que recentemente foram integrados a uma economia de mercado e que conseguiram alcançar maior acesso a certos bens de consumo. Para tanto, discute questões relacionadas com a desigualdade social entre as classes sociais brasileiras, realizando um cotejamento entre as propostas teóricas de Pierre Bourdieu e de Jessé Souza, enfatizando a ideia de um conhecimento praxiológico que visa compreender as potencialidades dos conceitos e das noções que são criadas pelo intelectual brasileiro, a partir dos seus diversos estudos sobre a realidade contemporânea nacional, que são fundamentais para o campo dos estudos sociológicos no país.

O sétimo artigo – *A Redução de Danos como estratégia de promoção, de orientação e cuidados para usuários de drogas: uma revisão sobre experiências de alguns países* – escrito pela Cientista Social e Mestranda, Jaqueline de Sousa Gomes, em parceria com a Doutora em Sociologia, Nalayne Mendonça Pinto, apresenta uma revisão bibliográfica e teórica sobre as experiências da Redução de Danos, com ênfase na experiência brasileira. Mostram que existe uma “disputa” por terapêuticas no cenário de políticas públicas de saúde para usuários de drogas e que a Redução de Danos integra um “discurso de saber que opera sobre os corpos”, pois a exigência do “abandono total” do uso de drogas colabora com censuras direcionadas aos usuários, levando as instituições de saúde a produzirem estigmas, ao invés de “cidadania”. Argumentam que a Redução de Danos pode se apresentar como uma medida alternativa, diferente da política de “guerra às drogas”, que apenas encarcera e mata extratos da sociedade que já são estigmatizados.

O oitavo artigo – *Mulheres feministas e evangélicas: a construção racional de uma nova identidade a partir dos estudos de gênero e do acesso ao ensino superior* – escrito pela Mestre em Ciências Sociais, Milena Geisa Dos Santos Martins, mostra os resultados de sua pesquisa a respeito da integração da inteligibilidade de racionalidades aparentemente inconciliáveis, o feminismo e a religião, na construção de novas identidades. A autora destaca que os tensionamentos que surgem do ativismo das evangélicas feministas permitem análises mais complexas de alguns estereótipos muito presentes no senso comum. Tanto na sociedade em geral, quanto nos meios acadêmicos, existe uma ideia de que as mulheres religiosas, especialmente as evangélicas, seriam “submissas e dóceis” e, portanto, não poderiam ser consideradas feministas. Com o cuidado de interpretar o

universo dessas mulheres por meio de entrevistas e de netnografias feitas em ambientes virtuais – sobretudo na rede social *Facebook* – buscou-se elaborar um material que pode eventualmente contribuir para o fomento de novas racionalidades, por fornecer um suporte para análises teóricas dos estudos de gênero e da religião. O artigo apresenta um tom pessoal de narrativa que permite notar como a pesquisa foi sendo construída e se desenvolveu ao mesmo tempo em que a própria autora e pesquisadora vivenciou um processo de repensar sua identidade.

O nono artigo – *As deputadas federais eleitas por São Paulo, em 2018, são feministas ou antifeministas?* – escrito pela Cientista Social, Isadora Gonzaga Postinger, em parceria com a Doutora em Ciência Política, Vania Sandeleia Vaz da Silva, discute que o fato de uma candidata ser “mulher” não garante que terá uma atuação feminista caso seja eleita. Quer dizer que votar em mulheres não garante imediatamente a defesa de pautas históricas e fundamentais para as mulheres, pois algumas candidatas podem se valer de sua postura antifeminista para se elegerem e atuarem de modo antitético aos objetivos feministas. A proposta foi saber se as quatro deputadas federais eleitas pelo estado de São Paulo, em 2018 – Joice Hasselmann (PSL), Tabata Amaral (PDT), Kátia Sastre (PL) e Sâmia Bomfim (PSOL) – poderiam ser classificadas como feministas ou antifeministas, considerando suas postagens no *Twitter*. Com esse objetivo, as autoras criaram dois “tipos ideais” de discurso (no sentido weberiano), que permitiram criar um espectro ideológico, que se inicia em um extremo antifeminismo e termina em um extremo feminismo, passando por duas posições intermediárias, antifeminismo brando e feminismo brando. Por meio da análise das postagens das deputadas foi possível posicioná-las no espectro, fornecendo uma apreciação visual de como se posicionam em relação ao feminismo.

A resenha – *Os Brasis de Antonio Lino em Branco Vivo* – foi escrita pelo Doutor em Ciência Política, Marco Antonio Arantes, e apresenta uma análise a respeito do livro de Antonio Lino, intitulado *Branco Vivo* e publicado em 2018, pela editora *Elefante*, de São Paulo. De acordo com a resenha, trata-se de uma proposta interdisciplinar, que inclui literatura, fotografia e Ciências Sociais, pois as narrativas problematizam e descrevem o trabalho realizado por doze profissionais de saúde, em nove regiões do país, durante a vigência do Programa “Mais Médicos”. Diferente de uma pesquisa acadêmica – apoiada em estatísticas, gráficos e tabelas – o livro pode ser pensando como um tipo de “imersão social e cultural nas regiões que participaram do programa”, possibilitando entrelaçar histórias locais dos moradores com os percalços da formação familiar e profissional dos participantes do Programa “Mais Médicos”, que, segundo o autor da resenha, resultou “uma constelação de vidas distintas, sofridas, oprimidas e contraditórios sistemas de valões de uma cultura popular rica e oprimida, na maioria das vezes, em conflito com os valores hegemônicos da nossa sociedade”.

Boa leitura!